



Às nove horas do dia onze de agosto dois mil e quinze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES** e **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocada a Conselheira Substituta Adriana Oliveira para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM. Houve votação e aprovação das Atas das Sessões de nº's 041/2015 e 042/2015. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 990012010-00; Prefeitura Municipal de Rurópolis; Prestação de Contas – 2010; Contas de Governo**; Responsável: Aparecido Florentino da Silva; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 11.995). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 990012010-00; Prefeitura Municipal de Rurópolis; Prestação de Contas – 2010; Contas de Gestão**; Responsável: Aparecido Florentino da Silva; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Presidência do Conselheiro Cezar Colares (Acórdão nº 27.331). **Processo nº 1180012005-00; Prefeitura Municipal de Novo Progresso; Prestação de Contas – 2005**; Responsável: Tony Fábio Gonçalves Rodrigues; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas,



com recolhimento, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com aplicação de multas. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas (Resolução nº 11.996). **Processo nº 920022013-00; Câmara Municipal de Dom Eliseu; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Genilson Freitas Cavalcanti; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas. Presidência do Conselheiro Cezar Colares (Acórdão nº 27.332). **Processo nº 974102010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Pacajá; Prestação de Contas – 2010;** Responsável: Magda Teixeira Ervilha Tadra; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Presidência do Conselheiro Cezar Colares (Acórdão nº 27.333). **Processo nº 840042008-00; Fundo Municipal de Saúde de Tucuruí; Prestação de Contas – 2008;** Responsável Luiz Nelson Fonteles Cruz; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Pedido de Vista à Conselheira Mara Lúcia, na Sessão do dia 03/07/2015; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO VISTA**. A matéria foi colocada em discussão. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares solicitou que os autos retornassem ao seu Gabinete, em virtude da divergência na fundamentação apresentada no Voto Vista da Conselheira Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201400082-00; Fundo Municipal de Educação de Cametá; Prestação de Contas – 2005; Recurso Ordinário** contra a Decisão objeto do Acórdão nº 23.910, de 20.06.13; Responsável: José Waldoli Figueira Valente; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para alterar a fundamentação, com a manutenção da decisão recorrida (Acórdão nº 27.334). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201401149-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão** - Portaria nº 682/13, de 05.12.13; Interessado: Imidio Lira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº



32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.335). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201321342-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão –** Portaria nº 656/13, de 25.11.13; Interessada: Neuzedina Mendes da Conceição; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.336). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201306014-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentaria –** Portaria nº 036/13, de 20.03.13; Interessada: Maria Edalice Duarte Moreira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.337). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201413577-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba – IPMA; Aposentadoria –** Portaria nº 046/2014; Interessado: Hilton Miranda da Cunha; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Relator Originário Conselheiro Cezar Colares); Publicado no DOE nº 32.940, de 31.07.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Substituta apresentou sua **proposta de Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.338). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: Presidência do Conselheiro Cezar Colares. I - Apreciação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica (14). **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em onze de agosto de dois mil e quinze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão

